

Assunto:

**Pedido de esclarecimento PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90022/2024**

De

Setor Licitação <romcardlicitacoes@gmail.com>

Para:

<licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data

28/08/2024 14:28



Prezados da Prefeitura de Saquarema,
Boa tarde!

Como empresa interessada na participação do processo licitatório em epígrafe, gostaríamos de esclarecer o seguinte:

1 - Para que não restem dúvidas e a fim de cadastro da proposta no sistema eletrônico, quais as quantidades e valores estimados da contratação anual? Qual o valor unitário, mensal e global estimado do benefício?

9.2. A estimativa do valor **anual atual** de concessão de benefícios de alimentação pela administração aos servidores é de **R\$ 45.029.400,00** (quarenta e cinco milhões e vinte e nove mil e quatrocentos reais).

9.3. A estimativa do valor máximo **total** do contrato, para um **período de 2 (dois) anos**, é de **R\$ 9.717.240,00** (nove milhões, setecentos e dezessete mil, duzentos e quarenta reais), considerando a taxa máxima que a administração está disposta a pagar e o número atual de benefícios de alimentação concedidos.

20.3 O valor estimado **anual** da contratação será de **R\$ 4.858.620,00** (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais), conforme Valor Máximo Estimado pela Administração (Anexo III)

2- De acordo com o artigo 174 do Decreto nº 10.854 de 10 de Novembro de 2021, que determina: "As pessoas jurídicas beneficiárias, no âmbito do contrato firmado com fornecedoras de alimentação ou facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado ..." Questionamos: É correto entender que não será permitido a oferta de taxa negativa?

Conforme prevê a Lei nº 14.442/22. "Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber: I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado. Serão portanto aceitas as propostas com taxa nula (0,00%)?"

3 - De acordo com as determinações da lei que veda expressamente a subcontratação de parcela do objeto, devemos entender que, enquanto não houver a regulamentação da modalidade "arranjo aberto" a contratada deverá possuir rede própria e não será possível subcontratar. Está correto este entendimento?

4 - Sem delongas, com o objetivo de honrar a celeridade do processo e para que não haja prejuízo quanto ao julgamento das propostas iniciais, questionamos: Qual a valor a ser inserido da proposta eletrônica nos campos eletrônicos do portal, quais sejam, a taxa administrativa em percentual (%) ou o valor estimado da contratação (R\$)?

5 - Ao se falar do preenchimento da proposta, o item 8.1 do Edital, em seu subitem "a", verifica-se: " a) Percentual de desconto sobre a Taxa Máxima da Administração que equivale a 5,0% (cinco por cento)." e ainda "8.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 20.3"

Diante das discrepâncias apresentadas nas tabelas do edital e seus anexos, questiona-se:

De acordo com a tabela o município de Saquarema Possui 5.754 Cartões com o valor unitário do benefício estimado em R\$ 650,00, que daria um valor mensal de R\$ 3.740.000,00, no entanto o valor mensal estimado na planilha é de R\$ 187.0005,00, poderiam explicar essa diferença? E por fim, qual a taxa a ser considerada para fins de disputa?

6 - Os cartões serão personalizados?

7 - Qual o prazo para entrega dos cartões?

8 - Qual o prazo de apresentação de rede credenciada?

Desde já agradeço.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos!

At.te

--

Rafaela A. P. Araujo

Fone: (47) 3801-2861 / (47) 99178-5137  Imagem relacionada

romcardlicitacoes@gmail.com

licitacao@romcard.com.br

www.romcard.com.br



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

REQUERENTE: ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA - CNPJ: 20.895.286/0004-70

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90022/2024 - PROCESSO Nº 14.202/2023

Em resposta ao questionamento apresentado, esclarecemos o seguinte:

1 - Para que não restem dúvidas e a fim de cadastro da proposta no sistema eletrônico, quais as quantidades e valores estimados da contratação anual? Qual o valor unitário, mensal e global estimado do benefício?

9.2. A estimativa do valor anual atual de concessão de benefícios de alimentação pela administração aos servidores é de R\$ 45.029.400,00 (quarenta e cinco milhões e vinte e nove mil e quatrocentos reais).

9.3. A estimativa do valor máximo total do contrato, para um período de 2 (dois) anos, é de R\$ 9.717.240,00 (nove milhões, setecentos e dezessete mil, duzentos e quarenta reais), considerando a taxa máxima que a administração está disposta a pagar e o número atual de benefícios de alimentação concedidos.

20.3 O valor estimado anual da contratação será de R\$ 4.858.620,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais), conforme Valor Máximo Estimado pela Administração (Anexo III)

R: Atualmente o valor mensal de cada benefício concedido aos servidores é de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por benefício. O que se deve levar em consideração para elaboração de proposta que no objeto deste certame o que está sendo licitado é a taxa de administração, que foi estimada pela administração em uma taxa máxima mensal de R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos), que equivale a R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) anual por benefício. É importante frisar que ao elaborar sua proposta a empresa deverá considerar a taxa máxima anual de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) e aplicar desconto sobre ela. Também deverá ser considerado pela licitante para elaboração de proposta, que conforme descrito no edital será vedado a cobrança de credenciamento ou cobrança de repasse dos benefícios aos estabelecimentos credenciados, devendo a taxa ofertada incluir todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

2- De acordo com o artigo 174 do Decreto nº 10.854 de 10 de Novembro de 2021, que determina: "As pessoas jurídicas beneficiárias, no âmbito do contrato firmado com fornecedoras de alimentação ou facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado ..." Questionamos: É correto entender que não será permitido a oferta de taxa negativa? Conforme prevê a Lei nº 14.442/22. "Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber: I - qualquer tipo de deságio



ou imposição de descontos sobre o valor contratado. Serão portanto aceitas as propostas com taxa nula (0,00%)?

R: A Lei do Programa de Alimentação do Trabalhador veda a oferta de deságios/descontos que resultem em uma taxa negativa para a prestação dos serviços. Portanto, não será aceita qualquer proposta que apresente taxa negativa. A licitante também deverá levar em consideração o item 8.3 do edital, para que não apresente proposta inexecutável:

"8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto."

3 - De acordo com as determinações da lei que veda expressamente a subcontratação de parcela do objeto, devemos entender que, enquanto não houver a regulamentação da modalidade "arranjo aberto" a contratada deverá possuir rede própria e não será possível subcontratar. Está correto este entendimento?

R: Sim.

4 - Sem delongas, com o objetivo de honrar a celeridade do processo e para que não haja prejuízo quanto ao julgamento das propostas iniciais, questionamos: Qual a valor a ser inserido da proposta eletrônica nos campos eletrônicos do portal, quais sejam, a taxa administrativa em percentual (%) ou o valor estimado da contratação (R\$)?

R: A licitante deve inserir na proposta eletrônica o desconto aplicado sobre o valor unitário da taxa máxima anual de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

5 - Ao se falar do preenchimento da proposta, o item 8.1 do Edital, em seu subitem "a", verifica-se: " a) Percentual de desconto sobre a Taxa Máxima da Administração que equivale a 5,0% (cinco por cento)." e ainda "8.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 20.3"

Diante das discrepâncias apresentadas nas tabelas do edital e seus anexos, questiona-se:

De acordo com a tabela o município de Saquarema Possui 5.754 Cartões com o valor unitário do benefício estimado em R\$ 650,00, que daria um valor mensal de R\$ 3.740.000,00, no entanto o valor mensal estimado na planilha é de R\$ 187.0005,00, poderiam explicar essa diferença? E por fim, qual a taxa a ser considerada para fins de disputa?

R: O critério de julgamento por "Maior desconto por item" será aplicado considerando a oferta mais econômica, com base na Taxa Máxima de Administração que o Município está disposta a pagar, estabelecida em 5% (cinco por cento), que é de R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando uma taxa máxima anual de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por benefício, considerando 12 (doze) meses de contrato.

O valor de R\$ 187.0005,00 (cento e oitenta e sete mil e cinco reais) corresponde ao Valor Mensal Estimado, calculado com base no número de 5.754 servidores beneficiários do cartão alimentação, multiplicado pela Taxa Máxima de Administração que o Município está disposto a pagar, de R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos) mensais por benefício.

6 - Os cartões serão personalizados?



R: Não.

7 - Qual o prazo para entrega dos cartões?

R: O prazo máximo para fornecimento total do material será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de início de serviço.

O prazo previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do contratado e aceita pela Administração.

8 - Qual o prazo de apresentação de rede credenciada?

R: Conforme item 11.13 do TR: Considerando a extensão territorial do Município de Saquarema, que é de 352,130 km², e a densidade demográfica registrada no Censo 2022 do IBGE, de 254,34 habitantes por km², a empresa deverá fornecer e garantir, ao longo da vigência contratual, uma rede credenciada composta por no mínimo 50 (cinquenta) estabelecimentos comerciais situados no Município. E, conforme item 11.14 do TR: A Contratada deverá comprovar que possui o número mínimo de estabelecimentos credenciados no Município, conforme disposto no item 11.13 do TR, no ato da assinatura do contrato. A comprovação deve incluir o endereço, nome do estabelecimento, CNPJ e telefone.

Saquarema, 29 de agosto de 2024.

HAILSON ALVES

Assinado de forma digital por HAILSON

ALVES RAMALHO:63988275700

RAMALHO:63988275700

Dados: 2024.08.29 15:10:23 -03'00'

Hailson Alves Ramalho

*Secretaria Municipal de Administração,
Receita e Tributação*